

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização:

Neuza M. F. Guareschi | Carolina dos Reis | Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização

Neuza M. F. Guareschi
Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA
Porto Alegre
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produção de conhecimento [livro eletrônico] :
profanações do método na pesquisa / organização
Neuza M. F. Guareschi , Carolina dos Reis ,
Oriana H. Hadler. -- 1. ed. -- Florianópolis,
SC : ABRAPSO Editora, 2020.
PDF

ISBN 978-65-88473-04-7

1. Conhecimento 2. Informação 3. Metodologia 4.
Pesquisa científica 5. Psicologia I. Guareschi, Neuza
M. F. II. Reis, Carolina dos. III. Hadler, Oriana H.

20-52329

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Arte da capa: Laura Schaefer. Escada, 2015.

Diagramação: Martina Hotzel

6

Entre o *voyeur* e o caminhante: perspectivas na produção de conhecimentos e de cidades

Carolina dos Reis

Logo que se cruzam as nuvens, avistam-se imensas áreas de terras verdes cortadas por rios; o maior deles é o Jacuí, cujas águas se unem àquelas vindas dos rios menores, formando o Lago Guaíba. O delta do Jacuí oferece uma paisagem privilegiada, com 28 ilhas que se distribuem na foz do rio, em frente à cidade de Porto Alegre. Na outra margem do Lago, veem-se algumas embarcações e o característico cais do porto, localizado junto à antiga Usina do Gasômetro. Atrás de ambos, ergue-se a cidade em grandes prédios de concreto. Na imagem abaixo, temos, à frente, o Centro, identificável pelos característicos prédios da administração pública e do Sistema de Justiça; à direita, está a Zona Sul; no meio, ao fundo, estão os caminhos que levam ao Extremo-Sul; essas são duas das áreas com o maior potencial de expansão do município. O Extremo-Sul ainda conserva áreas rurais, e ambas as regiões possuem significativas porções de terra reservadas à preservação ambiental, agora ameaçadas, posto que representam um impasse à expansão da cidade.

Imagem de Porto Alegre, vista na chegada de avião.



Vista de cima, Porto Alegre parece imóvel, isenta de barulhos, de cheiros, de engarrafamentos ou da violência das ruas. De dentro do avião, experimenta-se a tranquilidade de olhar do alto, do lugar do olhar de Deus, distante das práticas do dia a dia. É o prazer de ver o conjunto. Michel de Certeau (1990/2014), do alto do World Trade Center, em Nova Iorque, interroga-se sobre a “erótica do saber” (p. 157) à que estaria ligado esse êxtase de ler a cidade de cima. Intrigado pela possibilidade de subir até o alto, de retirar o corpo das ruas e elevá-lo ao lugar do *voyeur*, de colocar a cidade à distância, de afastar-se da massa de habitantes que nos faz anônimos, Certeau (1990/2014) denuncia esse desejo do homem de estabelecer sobre a cidade um poder onividente. Para tanto, retorna às representações produzidas na Idade Média que retratavam vistas fictícias das cidades, a partir de uma perspectiva que ainda não era possível de ser apreendida

pelo olho humano. Hoje é possível ocupar esse lugar, mas que leituras a cidade-panorama nos possibilita da cidade-habitada?

Ao aterrissar no Aeroporto Internacional Salgado Filho, a postura contemplativa de quem avistava a cidade de cima é substituída pela demanda de movimentação do corpo, que é arrastado pela fila de inquietos passageiros para fora da aeronave. Lançado sobre o chão da cidade, o corpo entra em contato com o vento frio do inverno gaúcho, que corre acelerado pela possibilidade de circular livremente na grande área aberta do aeroporto. Os músculos contraem-se em um movimento involuntário, na tentativa de resguardar o calor. O corpo, agora, agita-se em busca de abrigo junto ao terminal. Os passageiros acumulam-se no entorno da esteira de bagagens. Embora já fatigados pelas longas horas de viagem, precisam encarnar outro ritmo para cruzar a cidade até suas casas.

Na saída, o encontro é com o barulho dos carros, motos e ônibus, que disputam vagas em frente à entrada do aeroporto, em um tráfego, no mínimo, bastante confuso. Esse, agora, é o lugar de quem experiencia a cidade no corpo, sem a vista privilegiada do conjunto.

[...] embaixo, a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmäner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios do “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada (CERTEAU, 1990/2014, p. 159).

Além do texto claro da cidade visível e planejada, emergem escrituras de uma cidade que se faz cotidianamente. Essa é a cidade não mais vista do lugar do *voyeur*, mas vivida do lugar do caminhante.

Para Certeau (1990/2014), a arte de caminhar consiste em moldar percursos, combinar estilos e usos; é uma maneira de apropriar-se dos espaços; é uma possibilidade de produzir desvios em um sistema urbanístico planejado. Ela joga com as organizações espaciais a partir de modelos sociais, usos culturais, coeficientes pessoais. Se a cidade dispõe de uma estrutura, o caminhante tem a possibilidade de driblá-la, de atualizá-la, de privilegiar determinados percursos em detrimento de outros, de atribuir novos sentidos e usos aos elementos espaciais. O passante não está estranho a essa organização, mas também não se sujeita a ela.

Sem a perspectiva totalizadora do alto, o caminhante vê a cidade em fragmentos. No lugar de um espaço coerente e unitário, o ambulante singulariza o trajeto a partir da relação que estabelece com as ruas. No lugar de um mapa, ele encontra imagens em trânsito que não podem ser detidas em um quadro, pois são formadas também por seres móveis que compõem a paisagem urbana. O caminhante experiencia a cidade do comum, produzida a partir dos seus encontros com a vida urbana. Diferentemente do espectador das alturas, o habitante da cidade segue os caminhos sinuosos e, por vezes, labirínticos.

O que significa pensar a cidade do alto ou imerso nela e, neste segundo caso, estando sujeito a ser pensado também por ela? Este capítulo busca refletir sobre essa pergunta, partindo dessas duas perspectivas, que nos oferecem diferentes modos de olhar, transitar e viver na cidade. Com inspiração em ambas as perspectivas, traça-se um paralelo entre essas formas de circular pela cidade e os diferentes modos de produzir conhecimento sobre ela ou com ela. Isto é, não se trata somente daquilo que os diferentes campos de saber podem afirmar sobre a cidade, mas de como a cidade nos provoca a pensar, pesquisar, agir.

Estas análises fundamentam-se em reflexões experienciadas durante meu percurso em uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A formação doutoral possibilitou a circulação por dois

territórios diferentes. Um deles, planejado urbanisticamente, claramente mapeado, organizado, de forma que a circulação pela cidade fosse orientada pelo olhar do todo, pelas visões de conjunto oferecidas hoje por tecnologias digitais de orientação via satélite e aplicativos com mapas de transporte, restaurantes, etc. O outro, território construído sem gestão, sem normativas gerais, a partir de improvisações e em constante processo de transformação, do qual só se consegue ter visões fragmentárias. A circulação por ambos os territórios provocou reflexões sobre a própria trajetória do pensamento no desenvolvimento da pesquisa e levou a escolhas não só epistemológicas, mas, sobretudo, de formas metodológicas, pelos seus efeitos éticos e estéticos, na busca da produção de uma filosofia da diferença.

Quando as cidades se tornam labirínticas

Esses territórios foram habitados durante a produção de uma tese que teve como foco as políticas de moradia do município de Porto Alegre, analisadas a partir de processos de remoção de moradores de comunidades urbanas para realização de obras de infraestrutura. No Brasil, o retorno as práticas de remoção em massa de comunidades dos centros urbanos foi impulsionado, significativamente, pela organização do país para receber dois megaeventos, os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Mais ou menos nesse período, entre maio de 2015 e junho de 2016, tive a possibilidade de ocupar o lugar de estrangeira em uma cidade onde o planejamento urbanístico parece atingir razoavelmente bem sua meta. A região metropolitana de Bruxelas, onde realizei o estágio doutoral, conta com cerca de 1,2 milhão de habitantes, pouco menos do que a população de Porto Alegre, hoje com cerca de 1,4 milhão, mas sua extensão territorial é quase um terço da área da segunda, tendo um total de 161,4 km², em comparação com os 496,8 km² da capital do Rio Grande do Sul. Entretanto, a organização dos transportes públicos, por exemplo, chama atenção pela pontualidade e fluidez no fluxo de

pedestres. Os ônibus, trens e bondes contam com uma oferta contínua de horários, além da possibilidade de uso das bicicletas públicas, que podem ser alugadas por toda a cidade a um preço acessível ou mesmo gratuitamente, por meio de promoções e descontos para os moradores. Em todas as paradas, estão disponíveis informações completas sobre o plano viário da cidade, com a distribuição das linhas de transporte e os pontos de conexão entre elas. Além disso, existem explicações detalhadas sobre os trajetos dos veículos que servem aquele ponto em específico e uma tela com informações atualizadas constantemente sobre o tempo de espera.

Diferentemente de outras cidades do mundo onde também há uma grande quantidade de informações sobre o deslocamento nas cidades, em Bruxelas, as tecnologias não parecem ter substituído a condição de diálogo das pessoas nas ruas, as quais, frequentemente, estão disponíveis para auxiliar aqueles que se perdem pela cidade. Além da famosa amabilidade dos habitantes da capital belga, isso talvez seja efeito do fato de Bruxelas ser também a capital da União Europeia e receber moradores e visitantes do mundo inteiro, sendo uma cidade que parece disposta a bem receber os forasteiros.

Nos meses que antecederam a chegada a Bruxelas, durante o trabalho de campo da pesquisa, vivi uma experiência radicalmente diferente daquela: a de ser estrangeira em um território bastante próximo de onde morava, mas desconhecido para mim, que são as favelas da Zona Sul de Porto Alegre. Ao contrário do acesso a informações claras sobre a organização do espaço, pensadas justamente para que estrangeiros possam localizar-se, as ruas e becos das favelas dispõem-se de tal forma que aqueles que são de fora se perdem facilmente. Ao contrário da cidade planejada, a favela é produto do improvisado. Os espaços são alheios ao urbanismo, construídos a partir do trabalho dos próprios moradores. Em geral, são terrenos ocupados irregularmente por grupos de pessoas que, ao longo dos anos, vão construindo suas casas, ampliando-as e montando a estrutura do bairro. São áreas que vão se expandindo a partir da chegada de novos moradores e do

acesso a mais fatias de terra. O que chamamos de ruas são, por vezes, pequenos espaços vazios deixados entre as casas. Sem sinalização, sem nomes, sem números nas residências, sem forma geométrica definida, os desenhos das favelas podem constituir-se em verdadeiros labirintos.

Os passos firmes, resultantes da certeza do caminho experimentado na cidade estrangeira, são, no território da favela, traduzidos em pegadas hesitantes e atentas. Experimentada de forma labiríntica, a favela pode ser muito mais complexa, pois não é fixa ou acabada, está sempre em construção. Sua autoria não é de um sujeito individual, mas do conjunto de moradores que por ali ficaram ou um dia passaram.

Para localizar-se na favela, o pesquisador pode recorrer a mapas aéreos, hoje disponíveis na internet, mas, como geralmente não estão atualizados, é bem possível que já não correspondam à realidade do percurso. Pode, ainda, dispor de um guia, isto é, um morador local que mostre o caminho. Ou pode, como eu, ir transitando e pedindo informações àqueles que encontra pela rua. Dessa forma, o local passa a ser descrito por muitos guias; tem-se acesso a diferentes narrativas sobre o mesmo espaço, que mudam não somente pela relação do morador com o local, mas também pela relação com o estereótipo da pesquisadora “estrangeira” que se prostra, perdida, à sua frente.

Optando-se por esta última alternativa, não há como transitar apressado, e é bastante provável que, em diversos momentos, o caminhante se depare com o fato de estar perdido. O labirinto não é um espaço seguro – é o espaço desorientado, da vertigem. “Antes de ser forma, o Labirinto é um estado sensorial. Antes de ser espaço, é um caminho. Antes de ser, deve tornar-se Labirinto” (JACQUES, 2011/2001, p. 88). Paola Berenstein Jacques (2011/2001), ao analisar a construção labiríntica das favelas, destaca o fato de que, para ser experienciada como tal, a favela deve ser percorrida, pois, quando vista de cima, no todo, ela perde sua característica de labirinto, e as saídas podem ser facilmente avistadas.

Na mitologia grega, Dédalo, arquiteto e inventor notável, a pedido do Rei Minos, constrói o labirinto que aprisionou o Minotauro, como

forma de esconder a criatura, fruto da traição de sua mulher Pasífae com um touro. Para alimentar o Minotauro, Minos, que havia conquistado o reino de Atenas, exigia do rei Egeu sete rapazes e sete moças para serem sacrificados. Para salvar seu reino de tal sacrifício, Teseu, o filho do rei de Atenas, misturou-se com os jovens que seriam sacrificados, com o intuito de matar o Minotauro. Em Creta, Teseu apaixonou-se por Ariadne, filha de Minos. Com a ajuda dela e de Dédalo, Teseu conseguiu fugir do labirinto, sendo conduzido por um fio de novelo. Ao saber da traição de Dédalo, o Rei Minos mandou aprisioná-lo junto com seu filho Ícaro no labirinto que o próprio arquiteto havia construído. Quando preso, nem mesmo ele conseguiu localizar-se. Visto do alto, o labirinto passa do caos à ordem. Acostumado com a visão não fragmentária, Dédalo é um estranho ao percurso.

Não é por acaso que os traficantes se escondem dentro das favelas, em ruelas não acessíveis a carros ou motos, somente a pé. Diferentemente das famosas favelas do Rio de Janeiro, com formato piramidal, pois são, muitas vezes, construídas sobre morros, em Porto Alegre, elas estão, em sua maioria, em terrenos planos. Logo, perde-se a visão do alto, que oferece a quem está dentro um ângulo privilegiado em relação a quem entra na favela. Nas vilas por onde circulei para a realização da tese, a estratégia de vigilância dos traficantes, por exemplo, é outra; são dezenas de meninos que se espalham rizomaticamente pelo território da comunidade, posicionados em encruzilhadas específicas nas ruelas entre os becos, monitorando a circulação de pessoas e carros.

Muitas das falas que exaltam a necessidade de “urbanização” das favelas destacam justamente a demanda de abrir becos para a passagem da polícia e dos demais serviços estatais. A ausência de um planejamento espacial da favela serve, assim, como ferramenta de proteção contra os diversos forasteiros que por ali tentam aventurar-se, sejam eles policiais, jornalistas ou pesquisadores. A arquitetura e o urbanismo são, nesse caso, antilabirínticos (Jacques, 2011/2001). São convocados

como ferramentas para instituir, sobre o caos, a ordem, tornando o território da favela permeável àqueles que lhe são alheios.

Encontrar as saídas das favelas que se construíram sobre morros talvez seja, também, mais simples do que naquelas que são planas, pois se sabe que basta seguir um caminho de descida, que lá estará a cidade organizada. A primeira vez em que me vi perdida na favela foi resultado de um desejo de experimentação de novos caminhos. A tranquilidade para aventurar-me vinha do fato de estar munida com um telefone móvel que dispunha de GPS (Global Positioning System), o que me auxiliaria, razoavelmente, a sair dali caso me perdesse. Entretanto, quando me vi perdida, percebi que o aparelho estava sem bateria. Era verão, quase meio-dia. O calor era tanto que chegava a ser difícil respirar. Por consequência, as pessoas estavam recolhidas dentro de suas casas, e não havia para quem pedir orientação. A saída acabou sendo mais simples do que pensava: bastou abrir mão, por um momento, da tentativa de localização visual e seguir os ruídos das ruas, acompanhar o barulho dos ônibus, carros e motos e ir de becos menores para ruelas maiores, até encontrar o asfalto; pelo asfalto, seguir em direção a locais com maior quantidade de placas de trânsito e semáforos, desembocando em uma das principais avenidas da cidade. Foi seguindo os vestígios dos códigos que havia apreendido como aqueles que representavam um ideal de urbanização que pude afastar-me do centro da favela e encontrar suas fronteiras.

Para Certeau (1990/2014), o desejo dos homens de olhar a cidade do alto trouxe consigo o projeto de superar as contradições que emergiram a partir das aglomerações urbanas. A possibilidade de visão perspectiva da cidade e a demanda de gerir o acúmulo humano a partir de uma superfície tratável levaram à transformação do fato urbano em um conceito de cidade e à sua associação a uma racionalidade urbanística. O urbanismo vem eliminar a ideia do labirinto, propondo, em seu lugar, cidades planejadas.

A cidade passou a servir como marco totalizador de estratégias socioeconômicas e políticas que buscavam inscrever-se na vida urbana.

A cidade instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de produção de um espaço considerado adequado, isto é, livre das poluições físicas, mentais ou políticas que possam comprometê-la, e pela criação deste sujeito universal e anônimo que é a própria cidade (CERTEAU, 1990/2014).

Entretanto, ao mesmo tempo em que se constituíram projetos de gestão e disciplinamento da vida nas cidades, nunca cessaram de proliferar movimentos contraditórios que escapam a esse poder gestor.

[...] São práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu periclitamento; são procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje avançados, da organização observadora (CERTEAU, 1990/2014, p. 162).

A cidade habitada, assim como as favelas, está sempre em processo de transformação, não pode ser apreendida em sua totalidade, não se permite fixar, vive na imanência. Não é retrato, é paisagem viva. É por isso que a experiência de habitar a cidade, assim como aquela de caminhar pelo labirinto, é sempre pessoal e imediata.

Para Jacques (2011/2001), o labirinto não tem começo nem fim, é sempre meio. Não é um espaço fechado, mas nunca sabemos para onde as aberturas nos levam. É quando estamos perdidos que sabemos que estamos em meio ao labirinto. O que define a existência ou não do labirinto é menos seu desenho intencionalmente labiríntico e tanto mais a experiência subjetiva que se produz entre os transeuntes e os territórios que, nesse andarilhar, devem labirínticos. Portanto, não estamos, aqui, falando de labirintos pré-planejados, mas de como a cidade pode tornar-se labiríntica. Pois, enquanto os primeiros buscam

a uniformidade do espaço como estratégia de desorientação, dando ao transeunte a impressão de que está sempre no mesmo lugar, a segunda é o lugar do inusitado, do encontro, da descoberta, da surpresa e dos riscos advindos de habitar o desconhecido.

Nas encruzilhadas da pesquisa

Foi a partir dessas duas experiências – ora de circular por espaços extremamente urbanizados e planejados, munida de muitos mapas (mapa da cidade, dos pontos turísticos, mapa dos transportes), ora de circular por aglomerações urbanas improvisadas, vivenciadas por mim como verdadeiros labirintos – que percebi que estava perdida em meio a outro labirinto, o do percurso teórico-metodológico da própria pesquisa. Por certo, sabia que, no processo de produção do conhecimento, às vezes, nos entregamos ao sedutor ideal de ocupar o lugar do deus *voyeur*, daquele que olha o mundo de cima e busca a construção de um conhecimento universal e generalizável sobre aquilo que estuda. Desde o começo da pesquisa, vinha atenta à existência desse lugar e buscava afastar-me dele. Esse não é um exercício simples, pois a certeza da visão totalitária do alto, a tranquilidade oferecida pela utilização dos mapas, oferecem uma sensação de segurança atraente a qualquer pesquisador.

Sem conseguir localizar a saída do labirinto, Dédalo fabricou dois pares de asas artificiais, juntando as penas caídas das gaivotas que sobrevoavam o local e colando-as com uma grossa camada de cera de abelhas. Dédalo preveniu Ícaro para que não voasse alto demais, pois os raios quentes do sol derreteriam a cera das asas, mas Ícaro, deslumbrado pela sensação de liberdade e pela beleza do céu, ignorou os conselhos do pai. Voando alto demais, perdeu as asas e, em meio ao seu delírio sonhador, precipitou-se no mar.

Minha prática de pesquisa dentro do campo das ciências humanas parte da compreensão de que a produção do conhecimento deve ser local, situada histórica, política, cultural e temporalmente.

Não busco produzir conhecimentos universais, generalizáveis e totalitários. Entendo que esses são sempre parciais, singulares e datados. Parto de uma perspectiva de pesquisa que não se propõe a produzir teorias e desvelar verdades; busco, ao contrário, denunciar a ausência de qualquer essência ou transcendência inerente aos objetos estudados. Logo, parto de uma perspectiva que entende que os valores de verdade afirmados em meio à produção de pesquisas são, antes, circunscritos a condições de emergência históricas, políticas, culturais e econômicas, estando inseridos em jogos de força e de interesse. Nesse caso, a sensação de liberdade não vem pelo encontro com um conhecimento que se pensa ou se afirma como o verdadeiro, isto é, não se encontra em um voo lançado às alturas. A liberdade advém da desestabilização das verdades que nos governam, abrindo espaço para a afirmação de práticas e ontologias até então subalternizadas e mesmo para a reinvenção das verdades que pautam aquilo que estamos em vias de nos tornar. São práticas de liberdade que se exercitam desde baixo, em terra firme, nas micropolíticas do cotidiano.

Não interessa, portanto, a construção de um percurso metodológico hermético e linearizado. Busca-se a flexibilidade necessária para seguir as linhas de força, os dispositivos de poder, os processos de transformação relacionados às problemáticas que estudamos. Dessa forma, a pesquisa não se resume ao desenvolvimento de procedimentos metodológicos, mas implica uma relação ética, fundada em uma experiência sensível do fazer pesquisa, e colocar-se em relação com os atores e autores com quem dialogamos no pesquisar. Trata-se, justamente, de conseguir abandonar o percurso inicialmente trilhado para perder-se e, nesse processo, encontrar o inesperado, construindo, a partir disso, algo que nos permita pensar diferentemente do que pensávamos antes (REIS & GUARESCHI, 2016).

Entretanto, o custo que pagamos por buscar o incerto é a própria incerteza, a insegurança frente à ausência de mapas bem delineados. Em função disso, por vezes, percebemo-nos apegados aos percursos que nos são familiares, seduzidos pela certeza e tranquilidade do

olhar das alturas. Como me disse, certa vez, a amiga e socióloga Silvia Cusicanqui: “para você fazer uma tese, você precisa de um inimigo e de muitos amigos”. Ao dizer isso, ela se referia aos autores com quem dialogamos na pesquisa, afirmando que uma das coisas que nos movimentam a estudar é a possibilidade de questionar determinadas teorias e políticas de pesquisa, mas, para isso, precisamos de outros autores que nos auxiliem a construir argumentos e uma trajetória de pensamento. No começo do percurso de tese, meus melhores amigos pareciam ser aqueles que haviam se tornado, também, meus inimigos.

Minha trajetória como pesquisadora junto ao Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação iniciou em 2005, quando ainda estava no começo da graduação em Psicologia. Desde lá, venho desenvolvendo pesquisas sobre diferentes temáticas dentro do campo das políticas públicas, todas elas pensadas a partir das ferramentas teórico-metodológicas de autores pós-estruturalistas, como Michel Foucault.

Ao longo dos anos, no grupo de pesquisa, buscamos trabalhar de forma a atentar para um rigor metodológico no uso dessas ferramentas, até o ponto em que percebemos que isso havia provocado certo engessamento no modo de pensar a pesquisa. Era como se já tivéssemos, desde a partida, o mapa completo com as orientações sobre o trajeto a seguir. Obviamente, não estou situando esses limites nas teorias em questão, mas em nosso modo de operar com elas.

Percebemos que, ao nos fidelizarmos a certos campos do conhecimento, havíamos acabado por estabilizá-los. Com isso, reduzia-se nossa possibilidade, se não de encontrar elementos inusitados, de deixarmos-nos afetar e mudar os percursos a serem percorridos, tanto em termos de uma trajetória de pensamento, quanto nos próprios procedimentos de pesquisa. Tínhamos a sensação de que, munidos do mapa, independentemente do caminho escolhido, já sabíamos, por certo, aonde iríamos chegar. Essa constatação lançou-nos na busca de outras teorias e autores que nos permitissem não um abandono de nossa base conceitual inicial, mas a possibilidade de retornar a ela de outra forma.

Para poder fazer verdadeiramente isso, optei não somente pela busca de outros autores, mas também por um abandono do projeto de pesquisa inicial do doutorado, já planejado segundo aquele modelo familiar.

Esse movimento permitiu um deslocamento de uma pesquisa que toma a cidade como objeto de estudo sobre o qual lança suas análises, para o de uma pesquisa que se deixar pensar pela cidade. Foi a partir do aprendizado acerca do andar labiríntico pelas ruas das cidades que passei a construir o percurso metodológico da pesquisa. A cidade saiu do lugar de paisagem onde se desenha um estudo, para assumir o lugar de agente na produção conceitual da pesquisa.

Abandonar o projeto inicial significou abrir mão dos mapas teórico-metodológicos que me orientavam e lançar-me ao labirinto da pesquisa. Por vezes, ainda busquei traçar um desenho da tese, em um esforço de pensar aonde gostaria de chegar e por onde deveria passar para atingir esse ponto. Esses esforços fracassaram; tudo que obtinha era uma série de pensamentos desconexos, tal como a cegueira do caminhante que percebe a cidade em fragmentos. Depois de algumas tentativas de desenhar “planos de fuga do labirinto”, acabei por aceitar a condição de não saber. Entendi que não se tratava de encontrar a saída, mas de deixar de buscá-la. Se não há um ponto específico de chegada, não há, também, como estar perdido. Passei a habitar a forma labiríntica que se tornou o percurso de pesquisa.

Jacques (2011/2001) afirma que:

É a vontade de sair do labirinto que faz a pessoa se perder. O estado labiríntico é o estado de quem vaga, um estado errático. O percurso – ao contrário do que ocorre em um itinerário já planejado – impõe a disponibilidade para vagar. Vagando ao acaso a dúvida desaparece. São os que duvidam os que se perdem. (...). É o aspecto desconhecido do porvir que cria a estranheza; e o estranho é também o estrangeiro, o que nos é estranho, o que não dominamos, porque desconhecemos. Conhecer um labirinto exige nele penetrar, nele se perder, para descobrir as armadilhas do caminho. Em cada escolha, a dúvida: “Pode ser que sim, pode ser que não”. Jamais saberemos se estamos no bom caminho; na realidade não há um bom caminho (p. 90).

Logo, se não há um bom caminho a buscar, o que podemos escolher é a forma como vamos circular pelo labirinto. Antes de uma escolha feita de forma consciente desde o começo do percurso, a caminhada foi ganhando forma e ritmo a partir da impossibilidade de seguir uma trajetória linear pelas contingências impostas, não somente pelo campo de pesquisa, mas pela própria condição labiríntica do estudo. Abrir mão da certeza do percurso, aceitar a condição de não saber é, ao mesmo tempo, muito sofrido e libertador. É sofrido porque é estar entregue à incerteza de ser capaz ou não de finalizar a tarefa e ter que se manter em luta com o impulso de busca por segurança e de construção forjada, mesmo que equivocada, de um mapa e de um destino. Por outro lado, é libertador, pois possibilita seguir o ritmo possível, ora lento e atento ao que se pode encontrar pelo caminho, ora veloz e movido pelo fluxo dos acontecimentos. Isso não significa estar completamente à deriva. Caminhar sem a certeza do percurso ou do destino final não significa caminhar sem um objetivo ou sem uma questão que nos impulse a caminhar. Seria como caminhar da forma que Jacques (2011/2001) denominou de “acaso objetivo” (p. 90).

Para propor esse modo de deslocamento pelo labirinto, a autora busca inspiração em algumas figuras – como a da psicogeografia – que eram práticas de errâncias urbanas, provocadas por situacionistas nos anos 60, em que a proposta era deslocar-se pela cidade, renunciando às razões conhecidas para tal (ir ao trabalho, escola, mercado, etc.) e acompanhar as solicitações dos terrenos e dos encontros correspondentes. A autora inspira-se, ainda, na figura do *flâneur* como trabalhada por Walter Benjamin (1983), por meio da qual o autor delinea determinados modos de deslocamento e de exploração dos lugares pelos indivíduos e das relações produzidas por estes. Segundo ele, a atividade do *flâneur* consistiria em caminhar pela cidade de forma crítica ao capitalismo racional e ao processo de mercantilização e homogeneização das cidades (Benjamin, 1983). Isso significa produzir outro ritmo de caminhada, não mais entregue às urgências do dia a dia e aos trajetos padronizados, mas por meio da lentidão e da

liberdade de movimentos. Trata-se de permitir-se perceber a cidade, refletir sobre o espaço que nos cerca (NUVOLATI, 2009).

A figura do *flâneur* proposta por Benjamin (1983) liga-se, ainda, à experiência de andar pelo labirinto, pois permite romper com a dicotomia entre o dentro e o fora. A experiência do labirinto é atravessada pela incerteza de estar dentro ou fora dele. Isso acontece justamente porque não se trata somente de uma condição do terreno, mas, antes, da relação entre o pedestre e o território por onde se desloca, o qual, por vezes, se torna labiríntico. A cidade-labirinto é, também ela, arquitetura e paisagem. Ao mesmo tempo em que se oferece como paisagem ao passante, a cidade o encerra, delinea, restringe seus movimentos, oferece e retira possibilidades de ver, sentir e relacionar-se com o mundo. O *flâneur* evidencia o fato de que a cidade não está fora de nós, mas compõe, impregna nossa existência.

A partir disso, a *flanerie* oferece-se como uma forma de transitar pela cidade, atenta a experienciá-la mediante nossos cinco sentidos. Encarna o desejo de contato com o mundo exterior, de estar imerso na multidão, entregue aos movimentos provocados por esta. A recusa do envelope protetivo dos automóveis, a proximidade física e sua abertura para a relação com o outro e com aquilo que o cerca fundam e radicalizam a experiência do comum nas cidades. É a nudez do *flâneur* ao deslocar-se lentamente pela rua que o deixa sujeito a ser vitimado pelos riscos urbanos e é também o que permite outro contato com os demais cidadãos. A *flanerie* não é só um movimento das pernas, mas dos olhos e do espírito, pois se trata de uma renúncia à indiferença e um convite a estar atento às coisas mais banais e ao que elas denunciam sobre o modo como temos habitado as cidades e construído as relações entre nós (NUVOLATI, 2009).

Nessa analogia entre a cidade-labirinto e a pesquisa-labiríntica, a *flanerie* pode expressar-se não somente como um meio de transitar pela cidade, mas ainda como uma forma de transitar, tanto conceitualmente, quanto por meio da escrita, que nos convida a outro modo de relação com a cidade. A *flanerie* conceitual é essa atitude de

quem se permite transformar a partir dos encontros oportunizados pela pesquisa. Já assumir a *flanerie* da escrita é entender que escrever não é somente registrar e refletir sobre as características de uma cidade; trata-se, antes, de construir uma imagem da própria cidade. Logo, o leitor, ao transitar pelo texto, pode atentar a outros elementos não pensados por nós e constituir diferentes compreensões e relações com a paisagem da pesquisa, posto que, como afirmei anteriormente, trilhar o percurso é sempre uma ação singular.

Entretanto, a *flanerie*, tanto como estética de pesquisa, quanto como forma de movimentação pelas cidades, não é algo que pode ser tomado como uma metodologia da qual se pode lançar mão e aplicar no desenvolvimento de um estudo, pois assim ela se tornaria um novo mapa. Frente a isso, ela foi, para mim, antes uma inspiração, uma imagem que auxiliou a descrever alguns momentos muito singulares do processo de pesquisa, momentos de vertigem, de hesitação, de interrupções no trajeto. São encruzilhadas, becos sem saída, encontros com minotauros, situações que impulsionaram o pensamento sobre a problemática de pesquisa.

Ao assumir a postura do caminhante que vive a cidade habitada, deixando-me ser interrogada por esta, o encontro com os diferentes territórios provocou contínuos deslocamento no próprio processo de pensamento da pesquisa. Forçou um movimento de produção de uma pesquisa que não veio afirmar novas verdades sobre as cidades e os modos de habitá-las, mas que se volta para a desconstrução das próprias verdades com as quais iniciamos o encontro com o campo de estudos. Levou à desestabilização das noções de cidade, de cidadania, de moradia, de propriedade, de direitos humanos, de militância, de vida urbana. O processo de abandono dos mapas e certezas foi a base para que pudesse pensar diferentemente do que pensava e investir não na construção de novas teorias, mas na produção da diferença.

Referências

Benjamin, W. *Charles Baudelaire: a lyric poet in the era of high capitalism*. Londres: Vespo. 1983. Disponível em: https://loomen.carnet.hr/pluginfile.php/212763/mod_resource/content/0/benjamin-ii-the-flaneur.pdf. Acessado em: setembro de 2015.

Certeau, M. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer* (21 ed., originalmente publicado em 1990). Petrópolis: Editora Vozes. 2014

Debord, G. Introduction à la critique de la géographie urbaine. *Les Lèvres*, 6. 1955. Disponível em: https://infokiosques.net/IMG/pdf/Theorie_de_la_Derive.pdf. Acessado em setembro/2015.

Jacques, P. B. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Helio Oiticica* (4 ed., originalmente publicado em 2001). Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2011.

Nuvolati, G. Le flâneur dans l'espace urbain. *Géographie et Cultures*, 70, [online]. 2009. Disponível em: <http://gc.revues.org/2167>. Acessado em setembro, 2015.

Reis, C; Guareschi, N. (2016). Veias abertas na produção da pesquisa. *Revista Polis e Psique*, 6(1): 124 – 135.